

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

FABIANA KLOSINSKI

**INCLUSÃO COMO UM DIREITO: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES NAS REDES
SOCIAIS**

**ERECHIM
2023**

FABIANA KLOSINSKI

**INCLUSÃO COMO UM DIREITO: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES NAS REDES
SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonize Lepke

ERECHIM

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Klosinski, Fabiana
INCLUSÃO COMO UM DIREITO: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES
NAS REDES SOCIAIS / Fabiana Klosinski. -- 2023.
49 f.:il.

Orientadora: Doutora Sonize Lepke

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Erechim,RS, 2023.

1. Transtorno do Espectro Autista (TEA). 2.
Instagram. 3. Família. I. Lepke, Sonize, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FABIANA KLOSINSKI

**INCLUSÃO COMO UM DIREITO: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES NAS REDES
SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela Banca em 12 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Sonize Lepke

Prof.^a Dr.^a Sonize Lepke
Orientadora

Cleusa Ziesmann

Prof.^a Dr.^a Cleusa Inês Ziesmann
Banca externa

Denise Knorst da Silva

Prof.^a Dr.^a Denise Knorst da Silva
Banca interna

Dedico este trabalho aos indivíduos que lutam incansavelmente pela inclusão, transformando desafios em oportunidades. Àqueles que nas redes sociais amplificam vozes antes silenciadas, construindo um mundo mais igualitário. A minha família, por apoiar minhas paixões. Aos amigos, por compartilharem ideias inspiradoras. Aos professores, pela orientação valiosa. Que esta análise contribua para promover a inclusão como um direito inegável e para criar um futuro mais justo e diversificado para todos.

AGRADECIMENTOS

Queridos familiares, amigos e professores,

Hoje, com o coração transbordando de gratidão e emoção, dedico estas palavras a todos vocês que estiveram ao meu lado durante toda a jornada de elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso e durante todo o percurso acadêmico.

Inicialmente, gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus amados pais, meu irmão e minha Babcia (vó), cujo amor, apoio e incentivo constantes foram a luz que me guiou ao longo dessa jornada acadêmica. Vocês foram meu porto seguro, minha fonte de inspiração e minha força nos momentos mais desafiadores. Sem a confiança e o suporte incondicional que recebi de vocês, eu não estaria aqui, hoje, celebrando esta conquista.

À minha família, que sempre acreditou em mim e me encorajou a perseguir meus sonhos, sou imensamente grata. Obrigada, pelas palavras de encorajamento, pelos abraços nos momentos de dúvida e por nunca deixarem de acreditar em mim, mesmo quando eu própria duvidava do meu potencial.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado durante todo o percurso acadêmico, não tenho palavras suficientes para expressar minha gratidão. Vocês foram a minha rede de apoio, alegria e motivação. Nos momentos de estresse e cansaço, foi a presença de vocês que trouxe leveza e diversão à minha vida. Agradeço pelo sorriso compartilhado, pelos conselhos sinceros e por serem verdadeiros parceiros de jornada.

Obrigada à minha dupla de faculdade, aquela que sempre foi minha referência, nunca soltou minha mão e sempre esteve ali, para rir e chorar, consolar e abraçar, dar suporte e deixar tudo mais leve! Sem dúvida, você estará comigo para o resto da vida; afinal, essa amizade que construímos será da faculdade para a vida!

Obrigada à UFFS, por me acolher e ser meu ponto de paz por diversos momentos! Obrigada por nos esperar com um pôr-do-sol lindo, um frio gigantesco e ser um espaço onde a gente pôde sempre ser a gente! Obrigada por seu ensino público e de qualidade! Direi orgulhosamente: Sou Pedagoga formada pela Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim.

Aos meus professores da graduação, que desempenharam um papel fundamental na minha formação, meus sinceros agradecimentos. Suas aulas inspiradoras, conhecimento

compartilhado e orientação valiosa foram essenciais para minha evolução acadêmica e pessoal. Agradeço por terem despertado em mim o desejo de buscar sempre o conhecimento e por acreditarem no meu potencial.

À minha orientadora, por todo o acompanhamento e apoio proporcionados durante a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Sua dedicação e disponibilidade foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e para o sucesso deste trabalho. Suas orientações precisas e suas sugestões construtivas contribuíram significativamente para a melhoria do meu projeto. Sua experiência e conhecimento foram uma fonte inestimável de aprendizado. Além disso, agradeço por sua paciência e por estar sempre aberta a esclarecer as minhas dúvidas e responder às minhas perguntas. Sua orientação foi essencial para que eu pudesse encontrar o caminho certo e superar os desafios que surgiram ao longo do processo. Suas palavras de estímulo foram motivadoras e me ajudaram a manter a confiança em mim mesma nos momentos mais difíceis. Este trabalho não teria sido concluído com sucesso sem o seu valioso apoio.

Obrigada, Deus, por ser meu refúgio, meu consolo e meu guia! Obrigada por me proteger, acolher e ser meu ponto de fé! Obrigada por me fazer enxergar o que me faz bem, o que quer o meu bem!

Por fim, não posso deixar de agradecer a mim mesma, pelas noites de estudo intenso, pelos momentos de superação, pelos obstáculos enfrentados e por nunca desistir, mesmo quando parecia impossível. Através de toda essa jornada, descobri minha resiliência, minha determinação e minha capacidade de alcançar o que parecia inatingível.

Hoje, concluindo este Trabalho de Conclusão de Curso, sinto-me imensamente orgulhosa e honrada por todo o caminho percorrido e por todas as pessoas que fizeram parte desta trajetória. Esta conquista não é apenas minha, é de todos nós, que estivemos unidos e compartilhamos momentos de aprendizado, apoio e crescimento.

Mais uma vez, meu profundo agradecimento a todos que contribuíram para o sucesso deste trabalho. Vocês são a razão pela qual hoje celebro com alegria e emoção esta vitória. Que este agradecimento possa expressar apenas uma fração do meu reconhecimento e gratidão.

Para finalizar mesmo, desejo a quem torceu a favor, minha imensa gratidão e, para quem torceu contra, um forte abraço!

Com carinho,

Fabiana Klosinski

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar de que forma um perfil do Instagram, voltado para crianças, jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como suas famílias, pode auxiliar na difusão dos processos inclusivos. A inclusão é um tema relevante nos dias atuais e as redes sociais têm-se mostrado um espaço privilegiado para o debate e a disseminação de ideias, tornando-se uma ferramenta importante para a promoção dessa política social. Nesse sentido, este estudo propõe-se a investigar como essa temática é abordada nesses ambientes virtuais. A pesquisa foi realizada por meio de uma análise qualitativa de conteúdo, com a coleta de postagens, comentários e interações relacionadas ao tema da inclusão, especialmente o autismo, na rede social @aquarelaproautista. Os resultados obtidos permitem afirmar que o perfil se atém a sensibilizar a sociedade quanto aos atendimentos realizados e, ao mesmo tempo, construir uma rede de apoio para as famílias de crianças com TEA. A instituição, além de oferecer orientações às famílias, às escolas e ofertar atendimentos terapêuticos, tem clareza quanto ao importante papel que a família desempenha no processo inclusivo e de aprendizagem. Para tanto, busca fortalecer os laços afetivos entre as pessoas que compõem o núcleo familiar, mas também as relações entre as famílias que buscam suporte terapêutico na instituição.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA), Instagram, Família.

ABSTRACT

This conclusion study aims to analyze how an Instagram profile, aimed at children, young people and adults with Autistic Spectrum Disorder (ASD), as well as their families, can help in the dissemination of inclusive processes. Inclusion is a relevant topic nowadays and social networks have proven to be a privileged space for the debate and dissemination ideas, becoming an important tool for the promotion for this social policy. In this sense, this study proposes to investigate how this theme is addressed in these virtual environments. The research was carried out through a qualitative content analysis, with the collection of posts, comments and interactions related to the theme of inclusion, especially autism, on the social network @aquarelaproautista. The results obtained allow us to state that the profile aims to raise awareness in society regarding the services provided and, at the same time, build a support network for the families of children with ASD. The institution, in addition to offering guidance to families and schools and offering therapeutic services, is clear about the important role that the family plays in the inclusive and learning process. To this end, it seeks to strengthen the affective ties between the people who make up the family nucleus, but also the relationships between the families who seek therapeutic support in the institution.

Key-words: Autistic Spectrum Disorder (ASD). Instagram. Family.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TEA	Transtorno do Espectro Autista
ONU	Organização das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
PNEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PNE	Plano Nacional de Educação
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR E DOCUMENTOS NORMATIVOS	19
2.1	TEA: ALÉM DAS DEFINIÇÕES E CONCEPÇÕES DE NORMALIDADE	26
2.2	REDE SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	29
3.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	32
4.	CAMINHO METODOLÓGICO	35
5.	INSTAGRAM: UMA REDE PARA DIVULGAR AS AÇÕES INSTITUCIONAIS.....	37
5.1	INSTAGRAM: FERRAMENTA DE DIVULGAÇÃO DE AÇÕES	37
5.2	INSTAGRAM COMO ESPAÇO DE DIFUSÃO INSTITUCIONAL: @AQUARELAPROAUTISTA.....	37
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
7.	REFERÊNCIAS	47
8.	APÊNDICE	50

1. INTRODUÇÃO

A inclusão educacional tem como grande mote a concepção de que os cidadãos são sujeitos com direitos e deveres. Numa sociedade democrática em que direitos são assegurados, as distinções e diferenças enriquecem a comunidade escolar, oportunizam novas aprendizagens. Por outro lado, questionam a segregação daqueles historicamente excluídos ou que por qualquer motivo não acessavam e nem permaneciam no sistema escolar.

Trazemos, como tema para a pesquisa “A inclusão nas redes sociais”, na tentativa de compreender como os processos inclusivos são evidenciados e discutidos, especificamente no Instagram. Nesse sentido, com esta pesquisa buscamos analisar de que forma um perfil do Instagram, voltado para crianças, jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como suas famílias, pode auxiliar na difusão dos processos inclusivos.

A partir do problema, elegemos como objetivo geral desta pesquisa: Analisar de que forma um perfil do Instagram, voltado para crianças, jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como suas famílias, pode auxiliar na difusão dos processos inclusivos.

A escolha do tema sobre o autismo para este Trabalho de Conclusão de Curso foi impulsionada por uma motivação pessoal e emocional, decorrente da convivência próxima com minha prima (afilhada), que é diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa experiência significativa despertou em mim uma profunda curiosidade e desejo de compreender melhor o universo do autismo, seus desafios e potencialidades, bem como as estratégias de inclusão e suporte oferecidas às pessoas com TEA e suas famílias.

No contexto mundial, ao longo da década de 1990, mudanças significativas ocorreram no mundo. Essas mudanças, conduzidas e impulsionadas pelas organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), orientaram os países-membros das Nações Unidas a assinar e implementar os processos inclusivos das crianças, jovens e adultos historicamente excluídos da sociedade e da educação.

A partir desse prisma e analisando os processos inclusivos na educação do público-alvo da educação especial, políticas, leis, decretos e pareceres foram elaborados. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI – 2008) resulta desse processo iniciado nas décadas anteriores, buscando assegurar o acesso e a permanência do público-alvo da educação especial, definido como os alunos com deficiência, alunos com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A formulação da PNEEPEI foi fundamental para assegurar políticas públicas com o objetivo de adequar física e pedagogicamente as escolas brasileiras, orientar professores e gestores quanto à adequação curricular, bem como fomentar a formação inicial e continuada. Nesse sentido, a formação de professores tornou-se um tema central de discussão no processo de inclusão e atendimento dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Estrela (1996) afirma que é no cotidiano da escola que se revelam as necessidades de formação do professor, no qual se forja a sua identidade profissional.

Porém, cabe questionar se, a formação de professores consegue assegurar uma compressão mais humana, inclusiva? Quais elementos deveriam ser utilizados para assegurar os processos escolares inclusivos? Como identificar limitações e preconceitos enquanto sujeitos da sociedade e profissionais que atuam na educação? Questões como essas surgem sempre que estamos diante de falas, ações e atitudes que questionam a inclusão escolar. Que se posicionam e assumem discussões de que a escola não é um local para todos.

No contexto das comunidades educacionais ou das escolas inclusivas, é importante que tanto as discussões quanto o desafio de garantir que a maioria dos alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso aos saberes escolares e os aprendam. Mas como difundir uma nova concepção de educação, já garantida por lei, em que todos têm o direito de estar na escola? As redes sociais podem influenciar positivamente para a difusão de uma sociedade mais inclusiva?

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos dados divulgados no ano de 2018, sete (7) em cada dez (10) brasileiros acessam as redes sociais. Ou seja, conectam com amigos, mas também efetuam compras e buscam informações nas redes sociais e realizam cursos das mais diversas áreas. Parece ser uma possibilidade de

entretenimento, comércio e também difusão. Mas compreender como essas podem ser utilizadas no âmbito da educação inclusiva ainda não está suficientemente evidenciado. Por isso, este trabalho justifica-se, pois poderá auxiliar na compreensão de como as redes sociais podem influenciar positivamente para que a educação seja um direito de todos. Além disso, a pesquisa busca não apenas ampliar meu conhecimento acadêmico, mas também contribuir para uma maior sensibilização e conscientização sobre o tema, na esperança de que a pesquisa e a reflexão aqui desenvolvidas possam trazer benefícios e apoio àqueles que vivenciam a jornada do autismo.

Nesse sentido, a presente pesquisa está dividida em seções. A primeira seção aborda o processo histórico da inclusão escolar e documentos normativos que asseguram os direitos da educação especial. Desde a popularização da Internet, o acesso à informação e a comunicação têm influenciado a educação inclusiva. No Brasil, o acesso à informação e suporte é essencial para pais de crianças com deficiência. A educação inclusiva valoriza as diferenças e busca garantir os mesmos direitos a todos os estudantes. Documentos normativos, como a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garantem o acesso à educação para pessoas com deficiência. O Estatuto da Criança e do Adolescente protege os direitos das crianças e adolescentes, incluindo o acesso à educação. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Plano Nacional de Educação são fundamentais para garantir a inclusão escolar. Apesar dos avanços, a exclusão ainda persiste, mas os pais buscam informação e luta por seus direitos através das redes sociais.

Na seção "TEA: Além das Definições e Concepções de Normalidade" aborda o histórico e evolução do entendimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Inicialmente desconhecido e de difícil identificação, o TEA começou a ser diagnosticado na primeira infância e passou a ser amplamente discutido nas redes sociais. O termo "Transtorno do Espectro Autista" foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra Leo Kanner em 1943, descrevendo comportamentos sociais e de comunicação atípicos em crianças. Hans Asperger também conduziu pesquisas semelhantes e descreveu uma forma mais leve de autismo, conhecida como Síndrome de Asperger. Nas décadas seguintes, houve maior compreensão do autismo, reconhecendo-o como um transtorno amplo com diferentes níveis de gravidade e características. Atualmente, compreende-se o TEA como um transtorno do desenvolvimento neurológico que afeta a comunicação e a interação social das pessoas de maneira variada. O diagnóstico é feito por profissionais qualificados e o apoio adequado é essencial para ajudar

as pessoas com autismo a alcançarem seu potencial único. No entanto, o texto também ressalta que a classificação em níveis de suporte pode refletir o modelo médico de deficiência, mas existem abordagens inclusivas que buscam respeitar a singularidade de cada indivíduo com TEA.

A seção "Rede Social na Educação" aborda o surgimento e características do Instagram, uma rede social visual e interativa que permite compartilhar imagens e vídeos curtos. A plataforma é amplamente utilizada pela população brasileira para diversos fins, incluindo divulgação de marcas e produtos. No contexto educacional, o Instagram pode ser uma ferramenta útil para compartilhar conhecimento, criar comunidades de aprendizagem e estabelecer relacionamentos dinâmicos entre educadores e alunos. As redes sociais são vistas como espaços complementares de diálogo além da sala de aula, mas também demandam consciência crítica e responsabilidade ao lidar com o fluxo massivo de informações. É importante compreender a importância e o potencial das redes sociais quando utilizadas de forma planejada e enriquecedora. Estudar as estruturas sociais formadas por meio da comunicação mediada pelo computador é fundamental para entender como as interações online impactam a sociedade e a educação. No contexto da inclusão social e educacional, as redes sociais podem ser objetos de pesquisa para compreender as trocas sociais entre grupos sociais, como é o caso das famílias e pessoas com TEA.

A seção de revisão bibliográfica apresenta uma seleção de trabalhos que abordam a relação entre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as redes sociais, com ênfase no Instagram. O primeiro trabalho de Magalhães (2021) reflete sobre os desafios vivenciados por uma mãe e ativista no campo do TEA, enfatizando o processo de inclusão educacional das crianças com TEA. A pesquisa de Gama (2019) destaca a importância social e afetiva das redes sociais de apoio na vivência da maternidade atípica de mães de crianças com TEA. Já Gonçalves e Moreira (2022) discutem como pessoas com TEA, especialmente aquelas com nível de suporte 1, buscam informações e interação por meio das redes sociais, e realizam uma pesquisa bibliográfica de revisão narrativa no Instagram com hashtags relacionadas ao tema. Nathalia de Oliveira Pires, Kelly Rose Tavares Neves e Gislei Frota Aragão (2021) relatam uma experiência de difusão rápida e aceitação pelos usuários das redes sociais no projeto de extensão "Criar para informar" sobre cuidados necessários para pessoas com TEA durante a pandemia. Por fim, Ries (2023) busca entender as demandas e discursos enunciados por autistas nas comunicações de suas redes sociais digitais, argumentando que tais sujeitos mobilizam suas vulnerabilidades para transformar a estrutura da vulnerabilidade e serem

reconhecidos como seres de autonomia. É importante notar que a maioria dos trabalhos é proveniente da área da saúde, com apenas um estudo da área da educação, evidenciando a necessidade de maior interdisciplinaridade nessas discussões.

O caminho metodológico adotado para esta pesquisa iniciou-se com uma revisão bibliográfica, que buscou compreender a produção existente sobre o tema TEA e Instagram nos últimos cinco anos. Dos trabalhos selecionados, identificamos a escassez de pesquisas que abordem a interseção do TEA, Instagram e Educação, levando-nos a definir critérios específicos para a seleção do perfil a ser analisado. Optamos por um perfil institucional localizado na mesma cidade da instituição de ensino onde a pesquisa foi desenvolvida, uma organização que atende estudantes com TEA de diferentes idades, além de seus familiares, fornecendo suporte psicológico e orientação. A coleta de dados foi realizada por meio da observação e análise das publicações do perfil no Instagram, respeitando os princípios éticos e legais de acesso público às informações disponíveis na internet. Os dados coletados foram submetidos à Análise Textual Discursiva, que resultou na identificação de duas categorias de análise.

A análise do perfil @aquarelaproautista revela que o Instagram é utilizado como uma poderosa ferramenta de divulgação das ações institucionais relacionadas ao autismo. A instituição adota estratégias eficazes para conscientizar e educar o público sobre o espectro autista, desmistificar estereótipos e promover a inclusão social. Através de imagens, vídeos e legendas, o perfil busca sensibilizar os seguidores, destacando suas atividades, eventos e campanhas de conscientização, como o Abril Azul. Além disso, o perfil interage ativamente com os seguidores, demonstrando uma preocupação genuína em ouvi-los e responder às suas dúvidas e sugestões. A família ocupa um papel central nas postagens, sendo convidada a participar ativamente das atividades desenvolvidas pela instituição. O perfil @aquarelaproautista demonstra uma sensibilidade notável ao abordar o autismo, refletindo as experiências e perspectivas dos indivíduos autistas e suas famílias, contribuindo assim para uma maior compreensão e aceitação do transtorno na sociedade.

2. PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR E DOCUMENTOS NORMATIVOS

Desde que a Internet passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, o acesso à informação ficou mais fácil. Hoje, utilizamos intensamente os recursos tecnológicos, nossa comunicação tornou-se mais rápida e, ao mesmo tempo, o conhecimento mais acessível a todos. A comunicação influencia nos processos educacionais e, do mesmo modo, na educação especial na perspectiva da inclusão.

A comunicação, via redes sociais, permite acesso a informações, ações, organização de grupos, redes de apoio e, ainda, tornou-se um espaço de construção do conhecimento. Num país com contrastes econômicos e sociais como o Brasil, o acesso à informação e suporte é essencial para os pais ou responsáveis por uma criança com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Afinal, é mediante a informação que podem ser realizados encaminhamentos adequados para terapias, escolarização e reorganização familiar¹.

Nesse sentido, é preciso reafirmar que a educação se baseia na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independentemente de fatores físicos e psicológicos. É nesse viés que se discute a inclusão, em que todos têm os mesmos direitos ao acesso e permanência na escola, construindo um universo propício ao crescimento e que valorize as diferenças e as potencialidades de todos.

Nessa perspectiva, o conceito de educação especial precisa ser ampliado. Conforme já superado quando fazemos referência à valorização de todos os sujeitos, mas ainda presente quando referenciado enquanto educação das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Quando o “especial” faz referência a uma falta, a um déficit, continuamos a olhar para os outros como sujeitos incompletos e impossibilitados de participar ativamente da sociedade.

Essa compreensão faz-se presente, na educação, toda vez que a educação inclusiva é questionada, revelando a visão da educação especial como um subsistema fora da educação geral. Diante de questionamentos e compreensões equivocadas, é preciso reafirmar que os

¹ ARRUDA (2022) reflete sobre a reorganização da família ante o diagnóstico precoce do Transtorno de Espectro Autista (TEA).

estudantes público-alvo da educação especial possuem os mesmos direitos, em especial a oportunidade de vivenciar as experiências educacionais oferecidas pelas escolas regulares. Uma concepção inclusiva entende que os desafios e dificuldades na educação especial incluem a implementação de uma educação de qualidade, bem como a organização escolar, o atendimento ao aluno, a minimização da discriminação e o reconhecimento do processo educacional, conforme orientação dos documentos normativos.

Os estudantes estão amparados em documentos normativos importantes, como a Constituição Brasileira de 1988, quando afirma a necessidade de organização do Atendimento Educacional Especializado, no Art. 208: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (...)” (BRASIL, 1988).

A Carta Magna também assegura a educação como dever do Estado e da família. Uma educação que tenha como preocupação o desenvolvimento humano, a cidadania e o trabalho. No Art. 206, estabelece que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

A Lei 9.394/96 baseava-se na harmonia entre as relações sociais estabelecidas e visava abolir a então estrutura escolar em prol de um ensino mais democrático, dinâmico e que satisfizesse as necessidades.

Assim, passaram a vigorar, ao menos inicialmente, definições legais voltadas para a superação do caráter assistencialista até então dominante, que divergiam da realidade, em alguns casos, como expressões efetivas do sistema educacional em diferentes situações: governos federal, estaduais e municipais. Esse direito está claramente consagrado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

A partir da década de 1990, dadas as discontinuidades e dimensões secundárias que caracterizavam as políticas anteriores, as discussões sobre educação de pessoas com necessidades especiais começaram a adquirir certa coerência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é um exemplo de Lei, mas não de lei primária, e sim de lei ordinária, ou seja, abaixo dos patamares da Constituição Federal no ordenamento jurídico nacional. A chamada LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é uma legislação derivada da Constituição Federal que, a partir de 1997, promoveu uma correção social e um ajuste internacional, substituindo os termos "portadores de deficiência" por "educandos com necessidades educacionais especiais". A nova LDB

9.394/96 afirma, em seu quinto capítulo, que a educação de pessoas com necessidades especiais deve se dar nas redes formais de ensino, trazendo novos conceitos para a compreensão de como essas pessoas seriam educadas e integradas.

Ainda o artigo 227 da Constituição Federal assim dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 25)

Sabendo disso, podemos compreender plenamente que a Lei 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamenta os artigos citados pela Constituição Federal, é considerada um marco histórico no progresso do ordenamento legislativo e jurídico de nosso país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma legislação que abrange uma extensa lista de direitos fundamentais, como vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, com o objetivo de promover um bom desenvolvimento da sociedade. Como normativa, a Lei 8.069/90 é dividida em duas partes distintas. A Parte I oferece uma compreensão geral da lei e sua aplicação, estabelecendo princípios orientadores. Já a Parte II abrange a política de serviços, medidas de educação e proteção social, além de tratar da política relacionada à criminalidade, delinquência e ameaças aos direitos de crianças e adolescentes. Essa estrutura normativa possibilita uma abordagem abrangente e detalhada, assegurando a proteção integral das crianças e adolescentes, visando seu pleno desenvolvimento e garantindo a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Dessa forma, constitui-se em crime de ato público incondicional qualquer lesão a menor, conforme definido nos artigos 225 a 258 da Lei n.º 8.069, de 1990. Ou seja, não depende da atuação prévia de ninguém, nem mesmo do ofendido. O mesmo documento também garante que os pais, responsáveis ou tutores deverão assegurar a educação para a criança sob tutela.

As garantias legais, elaboradas a partir da Constituição Federal de 1988, contribuíram para que algumas leis assegurassem direitos de algumas minorias. As famílias e pessoas com Transtorno do Espectro Autista precisaram organizar-se para reivindicar os seus direitos enquanto cidadãos.

A Lei nº 12.764, também conhecida como Lei Berenice Piana, é uma legislação importante no Brasil que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ela foi criada com o propósito de garantir os direitos e promover a inclusão das pessoas com autismo na sociedade brasileira.

Essa lei foi sancionada em 27 de dezembro de 2012 e representa um marco histórico para a comunidade autista no país. Ela estabelece uma série de diretrizes, direitos e obrigações que visam assegurar a dignidade, o respeito, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com TEA em todas as esferas da sociedade.

A criação dessa lei se deu em resposta às demandas e necessidades das pessoas com autismo e suas famílias, que muitas vezes enfrentavam desafios e barreiras para garantir o acesso a serviços e direitos básicos. Com a Lei Berenice Piana, foi reconhecido oficialmente o Transtorno do Espectro Autista como uma condição que requer atenção e políticas específicas.

Dentre as garantias proporcionadas por essa legislação, podemos destacar: A garantia do direito à vida, à saúde, à educação, ao trabalho, à convivência familiar e comunitária, à cultura, ao esporte e ao lazer das pessoas com autismo; a obrigatoriedade de que o poder público promova campanhas de conscientização sobre o autismo e capacite profissionais para atuar no atendimento especializado; a garantia de atendimento integral e multidisciplinar para pessoas com autismo, abrangendo ações de diagnóstico, tratamento, terapias e apoio psicossocial; a inclusão da pessoa com autismo na sociedade, assegurando sua participação em todos os espaços públicos e privados, de forma acessível e com igualdade de oportunidades; o estímulo à pesquisa científica sobre o autismo e o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a inclusão e melhorem a qualidade de vida das pessoas com TEA.

A Lei Berenice Piana representa um avanço significativo na busca por uma sociedade mais inclusiva e sensível às necessidades das pessoas com autismo. Ela reforça a importância de garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos, independentemente de suas particularidades e condições. Com essa legislação, o Brasil dá um passo importante na promoção da igualdade e no respeito à diversidade, reconhecendo o valor e a dignidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Ao estabelecer que as pessoas com autismo têm os mesmos direitos das pessoas com deficiência, a lei garante às pessoas com autismo e seus familiares o acesso a todos os

serviços de assistência social, ao atendimento especializado prestado pelo município em que residem, além do direito à educação, garantido pelo Estado. Também garante o acesso a ações e serviços de saúde, à educação, à educação profissional, à habitação, ao mercado de trabalho, à segurança e à assistência social. Porém, a efetivação dos direitos é um longo processo e ainda está em construção

Contribuiu e continua contribuindo para o processo inclusivo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que visa garantir a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Isso mediante a garantia de acesso à educação formal; maior participação, aprendizado e níveis de continuidade da educação; transversalidade dos modelos de educação especial desde o jardim de infância ao ensino superior; oferta de serviços de educação especializados; formação de professores e outros profissionais da educação em serviços de educação especializados para promover a inclusão; envolvimento da família e da comunidade; acessibilidade de edifícios, transporte, mobiliário, comunicação e informação; articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

O Decreto Presidencial n.º 6.571/2008 (BRASIL, 2008), por sua vez, reforça o compromisso da União com o apoio técnico e financeiro para a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com relação aos alunos, o público-alvo do AEE são os alunos matriculados na rede pública regular de ensino nas esferas federal, estadual e municipal (Brasil, 2008).

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, é uma legislação importante que trata da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil. Esse decreto regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que se refere à educação inclusiva e à garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no contexto da educação regular.

Um dos principais objetivos desse decreto é assegurar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais, complementando o ensino regular. O AEE é um serviço pedagógico especializado que busca promover o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes e eliminar barreiras que possam dificultar sua participação na escola.

Além disso, o decreto ressalta a importância da parceria entre família, escola e comunidade para garantir a plena inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades

educacionais especiais. A participação ativa da família e da comunidade no processo educacional é fundamental para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

O arcabouço legal tem como centralidade a educação como direito humano. A educação inclusiva encontra uma razão de ser pela concepção dos direitos humanos de igualdade e diferença como elementos integrais da formação humana, opõe-se à exclusão dentro e fora das escolas e busca a equidade nos ambientes educacionais. Até agora, a educação inclusiva tornou-se a principal ferramenta contra a discriminação, porque transforma a escola em um ambiente onde as diferenças criam conflitos e onde essas diferenças devem ser superadas.

Historicamente, as escolas foram caracterizadas pela exclusão legalizada, em que apenas grupos privilegiados conseguiam entrar nas escolas e nelas permanecer até o fim. Partindo desse pressuposto, a escola é um espaço de inclusão/exclusão que opera na regulação e produção da desigualdade. Para os excluídos da escola regular, foram criadas escolas de educação especial. A escola caracteriza-se pelo atendimento clínico-terapêutico com forte aposta nos testes psicométricos, mediante diagnósticos, para definir a prática escolar dos alunos com deficiência.

A educação especial é mencionada nas Diretrizes e na Lei de Bases da Educação Nacional, que reforçam o atendimento especializado às pessoas com deficiência. Apesar de a Constituição Federal de 1988 estabelecer a necessidade de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação” (art. 3º, inciso IV, p. 3), a educação é um direito de todos, garantindo igualdade de oportunidades no acesso e na educação contínua, bem como igualdade na educação geral.

O artigo 2º da Resolução CNE/CEB n.º 2/2001, por sua vez, dispõe que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001, p.1)

No entanto, muitos pais ainda têm a matrícula negada nas escolas regulares. Muitos, sem informações e/ou orientações, matriculam seus filhos nas escolas especiais. Porém, a partir da PNEEPEI, vários decretos visavam orientar os gestores e professores quanto aos processos inclusivos e assegurar o direito à aprendizagem de todos. Nesse sentido, no ano de 2008, o Decreto n.º 6.571 estabeleceu, no âmbito do FUNDEB, a dupla contagem do

público-alvo de alunos da educação especial, sendo uma das classes gerais da rede pública de ensino e outra dos atendimentos educacionais especializados (AEE).

Na mesma perspectiva, a Resolução CNE-CEB n.º 04/2009 tornou-se um dos meios para a operacionalização dessa política, pois definiu as diretrizes para o atendimento educacional especializado, quais instituições poderiam prestar esse auxílio e como esse auxílio deveria apoiar os alunos em sua ida normal à escola. Essa ênfase no ambiente escolar geral muda o programa normativo da política brasileira de educação especial, pois o discurso da educação especial em espaços profissionais dedicados - classes especiais e escolas especiais - é abandonado.

Dessa forma, confirma-se no Brasil a exigência legal de que a educação de todas as pessoas com deficiência ocorra no ensino regular. Essa é uma consideração facilmente aceitável quando revisamos dispositivos legais após a publicação da Política Nacional de Educação Especial em 2008, por exemplo, a Resolução 04/2009/CNE-CEB.

Atualmente, o Plano Nacional de Educação (PNE) consiste em uma série de medidas a serem implementadas ao longo de seu período de 10 anos (de 2014 a 2024). Essas ações foram concebidas de forma colaborativa entre todos os entes da Federação (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) com o objetivo de igualar e desenvolver o ensino, principalmente no nível fundamental, mas, depois, estendê-lo ao ensino especializado e mais alto.

Como podemos observar, temos um amplo lastro legal que visa assegurar os processos inclusivos, mas a exclusão continua acontecendo em pleno século XXI. Lepke (2019) evidenciou como esses processos podem ocorrer de diferentes formas nas escolas, ou seja, muitas vezes, ocorre de forma velada e os pais não percebem que estão tendo o direito dos seus filhos negado. Ao mesmo tempo que desconhecem as garantias legais.

Muitas vezes, sem informação e sem acesso a profissionais que possam orientar quanto ao direito assegurado pelos documentos normativos, os pais recorrem às redes sociais digitais para obter informações que possam auxiliar na luta e, assim, garantir o acesso e a permanência com aprendizagem nas escolas. O direito humano de aprender de outro modo, de ser diferente, continua sendo contestado constantemente.

2.1 TEA: ALÉM DAS DEFINIÇÕES E CONCEPÇÕES DE NORMALIDADE

O TEA é um transtorno que tem uma história complexa e evolutiva em termos de compreensão, diagnóstico e tratamento. Se, por décadas, era desconhecido de grande parte da sociedade e de difícil identificação, nos últimos anos passou a ser diagnosticado na primeira infância, sendo um assunto recorrente na sociedade e nas redes sociais.

O termo Transtorno do Espectro Autista foi usado, pela primeira vez, pelo psiquiatra Leo Kanner, em 1943, para descrever um grupo de crianças com comportamentos sociais e de comunicação atípicos. Kanner descreveu o autismo como um distúrbio do desenvolvimento infantil, enfatizando a falta de interação social e a rigidez comportamental.

Simultaneamente, o médico austríaco Hans Asperger também estava conduzindo pesquisas semelhantes e descreveu uma forma mais leve de TEA, que mais tarde ficou conhecida como Síndrome de Asperger. Nas duas décadas posteriores (1960-1970), houve a difusão das discussões quanto ao autismo, principalmente devido ao trabalho de Bernard Rimland, um pesquisador e pai de uma criança com o déficit. Rimland contestou a visão predominante daquele período de que o Transtorno do Espectro Autista era causado por pais frios e distantes emocionalmente.

Somente na década de 1980 o autismo começou a ser reconhecido como um transtorno mais amplo do espectro, com diferentes níveis de gravidade e características. A terapeuta Lorna Wing cunhou o termo "Transtorno do Espectro Autista" (TEA) para descrever essa variedade. Essa nova concepção sobre o TEA contribuiu para as pesquisas posteriores e o reconhecimento de critérios diagnósticos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) em 1994.

O aumento da identificação teria um novo salto com o DSM-5, publicado em 2013, que substituiu a categoria diagnóstica "Transtorno Autista" pelo "Transtorno do Espectro Autista" (TEA), unificando vários diagnósticos anteriores. Isso contribuiu para identificação precoce ou, ainda, em sujeitos adultos que não entendiam o seu comportamento e modo de relacionar-se com as pessoas e com o meio.

Ao longo dessas décadas, pesquisas foram consolidadas quanto aos critérios de identificação, bem como às causas, e atualmente entende-se que o autismo é um transtorno do desenvolvimento neurológico que afeta a forma como uma pessoa se comunica e interage com

as outras. É conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA) devido à sua ampla variação de sintomas e níveis de suporte.

As características principais do autismo incluem dificuldades na comunicação e na interação sociais, padrões de comportamento repetitivos e restritos, interesses específicos e sensibilidades sensoriais. Essas características podem variar significativamente de uma pessoa para outra. Compreender essa variedade de dificuldades ou peculiaridades é importante e permite, também, compreender a especificidade de cada ser humano e sua forma única de ver e viver na sociedade.

Pessoas com autismo podem ter percepções únicas em compreender e usar a linguagem verbal e não verbal, em entender as emoções e os sentimentos dos outros, mas dificuldades em iniciar e manter conversas e, também, em estabelecer e manter relacionamentos sociais. Além disso, muitas pessoas com autismo têm interesses restritos e intensos em determinados assuntos, podendo desenvolver habilidades especiais em áreas específicas. Sensibilidades sensoriais também são comuns, como hipersensibilidade a ruídos, luzes ou texturas.

O diagnóstico do autismo é feito com base na avaliação clínica de um profissional de saúde qualificado, como um psiquiatra ou psicólogo especializado em Transtornos do Espectro Autista. Em geral, as pessoas diagnosticadas com autismo exigem uma abordagem multidisciplinar, que pode incluir terapia comportamental, terapia ocupacional, terapia da fala e, em alguns casos bem específicos, medicação para tratar sintomas específicos.

É importante lembrar que cada pessoa com autismo é única e possui suas próprias habilidades, desafios e potenciais. O apoio adequado, compreensão e inclusão social são essenciais para ajudar as pessoas com autismo a alcançarem seu pleno potencial e autonomia.

Atualmente, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - IV (DSM - IV), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria entende que o TEA pode ser dividido em "níveis de suporte". Os níveis descrevem os graus de assistência necessário para pessoas com autismo. O DSM é uma referência importante na área da saúde mental e é atualizado periodicamente para refletir as novas pesquisas e compreensões dos transtornos mentais.

A quinta edição do DSM (DSM-5), publicada em 2013, introduziu a noção de "Espectro do Autismo", que representa uma abordagem mais ampla e abrangente do autismo,

considerando uma variedade de sintomas e níveis de gravidade. Anteriormente, o DSM-IV apresentava o Transtorno Autista, a Síndrome de Asperger, o Transtorno Desintegrativo da Infância e o Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação (TGD-NOS) como categorias separadas.

O DSM-5 aboliu essas distinções e unificou todos esses quadros sob a categoria de "Transtorno do Espectro do Autismo" (TEA). Essa mudança reconhece que o autismo é uma condição complexa com uma ampla gama de características e níveis de gravidade, variando desde quadros mais leves até formas mais graves do transtorno. Portanto, o DSM-5 introduziu uma abordagem mais dimensional, permitindo uma melhor compreensão e avaliação das características e necessidades individuais de cada pessoa no espectro do autismo.

Esses níveis são geralmente referidos como níveis de suporte 1, 2 e 3. Essa classificação se baseia nas necessidades de suporte, nas habilidades de comunicação e na capacidade de funcionamento independente da pessoa. Esses níveis de suporte são caracterizados da seguinte forma:

Nível de suporte 1: Geralmente as pessoas têm dificuldades na interação social, comunicação e flexibilidade, mas podem funcionar de maneira relativamente independente. Elas podem precisar de algum suporte em determinadas áreas, como lidar com mudanças na rotina ou interpretar pistas sociais sutis. No entanto, com o apoio adequado, elas podem alcançar um bom nível de funcionamento e independência.

Nível de suporte 2: Geralmente as pessoas apresentam desafios mais significativos na comunicação, interação social e flexibilidade. Elas podem ter dificuldades em iniciar ou manter conversas, demonstrar interesses restritos e repetitivos e precisar de mais suporte para lidar com mudanças e demandas do dia a dia. Essas pessoas podem precisar de apoio mais constante em várias áreas para funcionar de forma independente.

Nível de suporte 3: Representa o grau mais alto de assistência. Pessoas nesse nível geralmente têm dificuldades graves na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. Elas podem ter atrasos significativos no desenvolvimento cognitivo e necessitar de suporte intensivo em várias áreas da vida diária. Pessoas nesse nível podem precisar de apoio constante e especializado para funcionar no dia a dia.

É importante ressaltar que esses níveis de suporte são apenas uma forma de compreender e avaliar as necessidades das pessoas com autismo. Cada pessoa é única, e suas

necessidades e habilidades individuais podem variar amplamente, independentemente desses níveis de suporte.

Porém, para alguns autores, a definição de critérios, características, indicação de níveis de suporte são concepções do modelo médico de deficiência. Ries (2023) afirma que os mesmos repercutem fortemente nos meios de comunicação, especialmente nas redes sociais, com apelo aos cuidados, segregação e inviabilidade.

Por outro lado, inúmeras famílias e organizações sociais, entendem que a criança, jovem ou adulto com TEA precisa estar incluído e ser respeitado na sua forma de ser e agir dialogando com o “modelo social quando os estudos da deficiência têm como princípio a justiça social, a educação para todos os sujeitos e a redução de barreiras” (RIES, 2023, p. 48).

Com o aprofundamento das discussões e a participação ativa das famílias, diferentes modos de discutir a educação inclusiva são constituídos, especialmente através das redes sociais.

2.2 REDE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A rede social, que faz parte do cotidiano de parcela significativa da população, foi criada no ano de 2010 pelo brasileiro Mike Krieger e pelo norte-americano Kevin Systrom (PIZA, 2012). O nome Instagram vem de *Instant Camera*, que significa câmera instantânea e telegram, ou seja, telegrama.

O Instagram é uma rede social visual, criativa e interativa, que permite compartilhar imagens e vídeos curtos diretamente do aplicativo móvel. Nele, você também pode seguir usuários, curtir, comentar e compartilhar publicações. Todas as publicações no aplicativo são exibidas por meio de um *feed*, podendo ser visualizado somente postagens das contas que segue.

É possível, também, descobrir novos conteúdos de contas que ainda não segue, e isso é feito através do menu “Explorar”, que traz perfis relacionados a contas que você curte. A rede também oferece diversos outros recursos, como Boomerang, Live Streaming e Stories.

Além disso, o Instagram pode ser utilizado como uma ferramenta para empresas divulgarem sua marca e produtos com todas as funcionalidades disponíveis. Nesse sentido, a educação informal está ocupando espaço. A ferramenta é utilizada por organizações não governamentais (ONGs), profissionais liberais, pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, bem como, pais e familiares para divulgar a sua concepção sobre a educação inclusiva, para encorajar pais, ou ainda, para vender cursos voltados para a demanda e necessidades de pais e professores.

Parcela significativa da população brasileira tem o perfil nas redes sociais, seja para compartilhar seu dia a dia, seja para fazer relacionamentos, seja para promover o seu nicho de mercado. Mas, cabe questionar, como ele pode ser ou está sendo utilizado pela educação, especialmente no que tange à educação na perspectiva inclusiva? Santos; Santos (2014) nos fazem refletir com alguns questionamentos sobre tal tema:

Já que é fato que as redes sociais estão presentes em nosso dia a dia, até que ponto elas podem influenciar a sociedade e a educação? Assim sendo, as redes sociais digitais, como estão sendo desenvolvidas e utilizadas pelos usuários, são dinamizadoras de novos saberes e/ou conhecimentos, identidades e formas de relação? De que maneira poderão alterar as relações sociais e sua formação ao longo da vida, no sentido de que há outras interferências ou instâncias coexistentes e intermitentes, sobre o usuário, que estimulam mudanças de pensamento e de ações, é o caso da família e da escola? (SANTOS; SANTOS, 2014, p. 309).

Quando se trata do uso das redes sociais na educação, é preciso reconhecer seu potencial como plataformas de compartilhamento de conhecimento. As redes sociais são entendidas como possíveis espaços de compartilhamento de conteúdos escolares, com potencial de informação, possibilidade de explorar espaços virtuais como extensão da sala de aula e desenvolvimento de habilidades tecnológicas. Além disso, são exemplos de novas cooperações possíveis entre os membros da comunidade educativa.

Os educadores podem explorar uma variedade de recursos. Por exemplo, compartilhando metodologias e planos de estudo, criando comunidades de aprendizagem e construindo relacionamentos mais dinâmicos com alunos e outros educadores. Os alunos podem usar canais como o Instagram para compartilhar informações, perguntar, responder a perguntas e concluir tarefas. Logo torna-se “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p. 72).

Dessa forma, em alguns momentos, as redes sociais são espaços complementares ou de diálogos para além da sala de aula. Porém, o acesso a informações, a possibilidade de compartilhar outras e de estar em contato com inúmeras pessoas, exige dotar crianças e jovens de consciência crítica e responsabilidade, democracia e conhecimento. As novas gerações precisam aprender desde cedo a filtrar e dar sentido ao fluxo maciço de informações, especialmente, no que tange à inclusão ou exclusão social, educacional e econômica.

Além disso, é importante compreender verdadeiramente a importância de cada uma dessas redes, desde que sejam utilizadas de forma planejada, contextualizada, mediada e enriquecida. Dessa forma, as redes sociais podem expandir o universo do entretenimento, alcançar o universo do conhecimento e se tornar uma extensão das discussões da sociedade. Aliás,

uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais nem suas conexões. O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informação e trocas sociais que impactam suas estruturas (RECUERO, 2009, p. 24).

A rede social é destacada aqui como uma metáfora para compreender os padrões de conexão dentro de um grupo social, considerando as interações estabelecidas entre seus diversos membros. A abordagem de rede concentra-se na análise da estrutura social, enfatizando que não é viável separar os atores sociais individuais de suas conexões. O estudo das redes sociais na Internet, por sua vez, aborda questões relacionadas à origem e à natureza das estruturas sociais, examinando como essas estruturas são formadas através da comunicação mediada pelo computador e como as interações mediadas contribuem para a circulação de informações e trocas sociais, as quais, por sua vez, influenciam a configuração dessas estruturas (RECUERO, 2009, p. 24). Dessa forma, a análise das redes sociais na era digital torna-se fundamental para entender os complexos processos de conexão, disseminação de informações e impacto sobre as dinâmicas sociais.

Nesse sentido, quais as informações e como essas trocas sociais ocorrem entre os grupos sociais são objetos de pesquisa? Para compreender melhor como isso ocorre quando envolve a família e pessoas com TEA, realizamos uma breve revisão bibliográfica.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao utilizar os descritores TEA e Instagram na plataforma Google Acadêmico, foram identificados trabalhos que permitem algumas compreensões sobre o assunto pesquisado. Trabalho de Conclusão de Curso de Magalhães (2021) tem como objetivo refletir, a partir dos desafios vivenciados por uma mãe e ativista, no campo do Transtorno Espectro Autista (TEA), “sobre o processo de inclusão educacional das crianças com TEA” (p. 7). A discussão pauta a experiência de ser mãe e como esse processo constitui-se numa nova fase na vida da mulher. Dessa forma, a maternidade é entendida como um comportamento social que transcende os aspectos biológicos e se adapta a um contexto sócio-histórico específico.

A pesquisa traz elementos para refletir sobre a gravidez e as mudanças no cotidiano da futura mãe, principalmente se essa for a primeira experiência de gravidez, despertando novos sentimentos, fantasias e expectativas. A autora reflete, ainda, sobre como os pais idealizam um filho para que possa realizar seus sonhos e ideais. Quando o filho possui alguma deficiência ou transtorno, suas expectativas mudam e inicia uma viagem no desconhecido. Essa inesperada realidade pode levar à dor, à confusão, à frustração e ao medo. A maternidade e a paternidade simultâneas tornam-se assim uma experiência complexa, sendo a maior responsabilidade dos pais, mesmo com o apoio de inúmeros profissionais e outros familiares. Para tanto, se torna importante uma rede de apoio com outras mães, em especial quando estas colaboram no ativismo em prol da educação inclusiva.

O trabalho de Magalhães (2021) contribuiu no sentido de pensar a necessidade de uma rede de apoio as mães, pais, familiares e professores que demandam refletir sobre a condição em que se encontram e buscar estratégias para que crianças e jovens com TEA sejam incluídos na escola e sociedade por meio das redes sociais.

Gama (2019) analisa a importância social e afetiva das redes sociais de apoio na vivência da maternidade atípica, considerando o conceito de rede social (on-line e off-line). A pesquisa analisa a rede social das mães de crianças com TEA com mais de 200 participantes da Região Metropolitana da cidade de Salvador (Bahia) e evidencia a importância desses diálogos e suportes para a maternidade atípica.

A convivência e as informações contribuem para que essas mães e suas famílias consigam auxiliar seus filhos nas demandas delas, busquem e tenham acesso a terapias,

convivam em espaços de apoio mútuo, vivenciando uma maternidade atípica como suas potencialidades.

Gonçalves e Moreira (2022) realizaram um recorte de seu trabalho de conclusão de curso, retomando algumas questões sobre o TEA e as redes sociais. Iniciam destacando modelos de deficiência, especialmente o modelo biomédico baseado em manuais de diagnóstico, e o modelo social que considera a deficiência a partir do contexto social. A pesquisa discute como a pessoa com TEA, especialmente aquelas com nível de suporte 1, buscam informações e interação por meio das redes sociais. Essa pesquisa, denominada de pesquisa bibliográfica de revisão narrativa, buscou no Instagram, “durante os meses de julho a outubro de 2022, com as hashtags #tealeve #autismo #diagnosticodeautismo #autismoemadultos #autismoemcrianças e #autista. Esta busca foi realizada apenas em perfis abertos” (GONÇALVES, MOREIRA, 2022, p. 523). A partir dos dados coletados, foram identificados diversos perfis atuando nas redes sociais: adultos e jovens com TEA e mães de crianças com TEA difundindo suas percepções e dificuldades.

Nathalia de Oliveira Pires, Kelly Rose Tavares Neves, Gislei Frota Aragão (2021), autores da área da saúde, relatam uma experiência do projeto de extensão "Criar para informar", realizado pelo Grupo de Estudos em Neuroinflamação e Neurotoxicologia com foco no Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) - GENIT/UECE durante o período pandêmico no Brasil.

No período, foi realizada uma série de publicações, pelo Grupo de Estudos, visando informar sobre os cuidados necessários dos pais e cuidadores das pessoas com TEA quanto ao COVID-19. A pesquisa concluiu que as redes sociais são uma forma de difusão rápida e de boa aceitação pelos usuários, bem como é um modo de difusão das ciências.

Ries (2023) buscou, a partir da sua pesquisa de doutorado, entender as demandas e os discursos enunciados por autistas nas comunicações das suas redes de redes sociais digitais. Para tanto, a partir da análise das postagens de 12 perfis selecionados por vinte e um meses (período entre junho de 2020 e fevereiro de 2022), defende:

a tese de que os sujeitos neurodivergentes, ao enunciarem suas demandas, agenciamentos e arranjos disposicionais compartilhados em rede, no Instagram, mobilizam suas vulnerabilidades. Com o potencial transformador de seus discursos, pelos relatos das suas vidas e experiências cotidianas, buscam modificar a própria estrutura da vulnerabilidade, definir a si mesmos, alterar quadros e esquemas normativos de julgamento para que sejam vistos e reconhecidos como seres de autonomia. Portanto, empenham suas táticas de

reorganização de significados e, nas suas singularidades, fazem conexões e arranjos (RIES, 2023, p. 260)

A breve revisão bibliográfica evidenciou que algumas pesquisas discutem a relevância das redes sociais para a discussão do TEA. Também se faz necessário evidenciar que dos cinco trabalhos selecionados apenas um é da educação, os demais são da área da saúde (psicologia, farmácia) e comunicação.

4. CAMINHO METODOLÓGICO

Podemos destacar, inicialmente, que realizamos a revisão bibliográfica, a partir dos descritores TEA e Instagram, para que possamos ter a dimensão das produções existentes sobre o tema. Estabelecemos, como período em que seriam selecionados os trabalhos, os últimos cinco anos (2019-2023).

Foram selecionados cinco documentos descritos na revisão bibliográfica que permitiram contextualizar o tema e, ao mesmo tempo, observar que são poucas as pesquisas que perpassam o TEA, Instagram e Educação. Foram descartados trabalhos que não refletiam sobre o TEA, pois inúmeros trabalhos elaborados nos cursos de comunicação versam sobre a utilização das redes sociais.

A partir da revisão bibliográfica, não foi identificada nenhuma pesquisa que analisasse uma instituição voltada para os estudantes com TEA e suas famílias; a revisão identificou trabalhos que versavam sobre perfis de sujeitos que não representavam uma instituição. A partir dessa observação, definimos os seguintes critérios de seleção do perfil a ser analisado: a) perfil institucional voltado para atender crianças, jovens e adolescentes com TEA; b) a instituição estivesse localizada na mesma cidade em que está situada a instituição de ensino em que a presente pesquisa estava sendo desenvolvida, especificamente na cidade de Erechim (RS).

O perfil foi selecionado por ser a única instituição que atende os estudantes com TEA de todas as faixas etárias com diversas atividades, bem como os seus familiares, orientando quanto aos encaminhamentos para profissionais e suporte psicológico. Para Oliveira (2010, p. 104), “as relações, interações e mediações que se estabelecem no espaço virtual adquirem especificidades que devem ser levadas em consideração no momento de sua coleta e análise em pesquisas científicas”.

A coleta de dados ocorreu mediante o levantamento do método observacional: por meio da observação e análise do perfil institucional do Instagram, examinando a quem eram destinadas as publicações e qual era o intento delas.

Ancorada na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, a pesquisa utilizaria somente informações de acesso público. Nesse sentido, não necessitou ser registrada nem validada

pelo Sistema CEP/CONEP, pois todas informações disponibilizadas na Internet, sem restrição de acesso aos pesquisadores, são consideradas dados públicos.

Os dados coletados foram submetidos à Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2007). Daí surgiram duas categorias de análise.

5. INSTAGRAM: UMA REDE PARA DIVULGAR AS AÇÕES INSTITUCIONAIS

As redes sociais são espaços de difusão de ideias, mercadorias e concepções. Esse foi o foco temático que emergiu ao analisar as publicações e comentários do perfil @aquarelaproautista. O perfil pertence a uma instituição que atende crianças, jovens e adultos com TEA.

As mídias sociais têm-se tornado cada vez mais importantes para a difusão institucional, permitindo que organizações compartilhem informações, engajem seu público-alvo e criem uma comunidade em torno de suas causas. Nesse contexto, o Instagram se destaca como uma plataforma visualmente rica e popular. Vamos analisar o perfil @aquarelaproautista no Instagram, explorando como essa instituição utiliza a plataforma para a difusão de sua mensagem relacionada ao autismo.

5.1 INSTAGRAM: FERRAMENTA DE DIVULGAÇÃO DE AÇÕES

Foram analisadas seis publicações. A revisão sistemática das postagens, incluindo imagens, vídeos e legendas, a fim de identificar as estratégias de difusão utilizadas pela instituição. Além disso, foram considerados os comentários e interações dos seguidores para avaliar o engajamento gerado pelo perfil.

5.2 INSTAGRAM COMO ESPAÇO DE DIFUSÃO INSTITUCIONAL: @AQUARELAPROAUTISTA

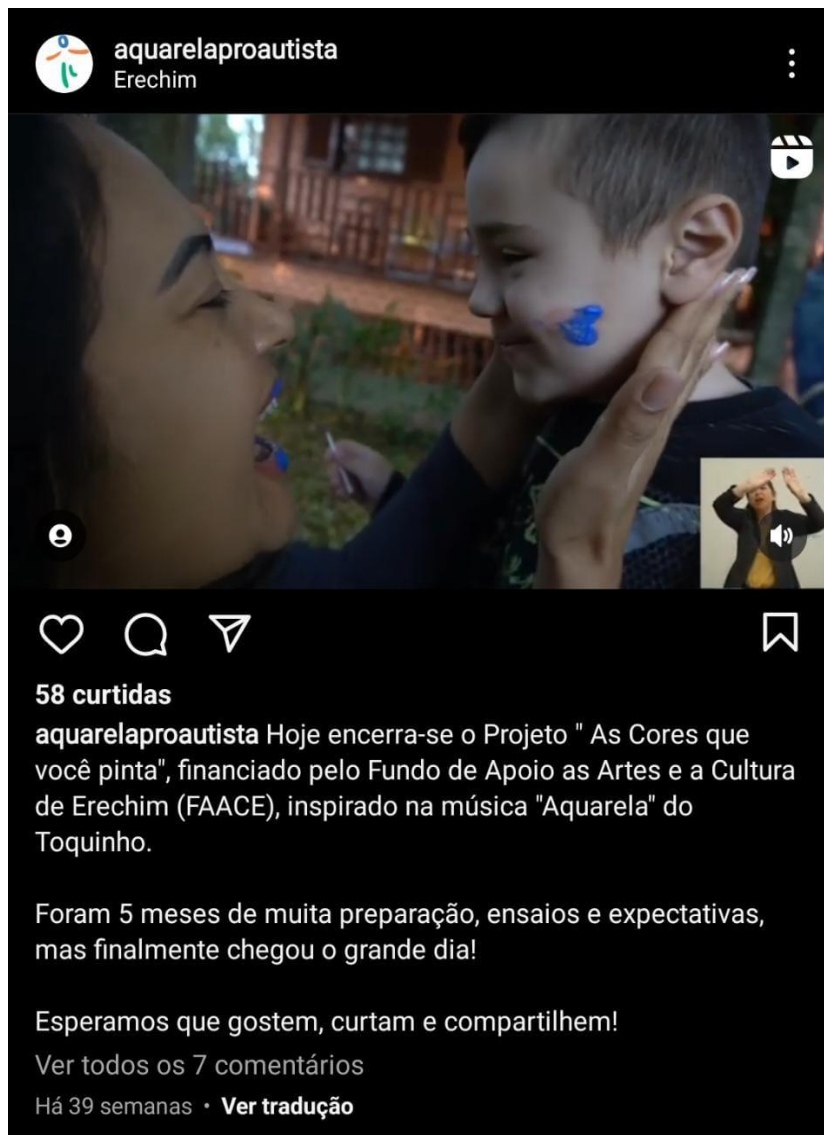
A Aquarela é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, organizada pela sociedade civil. No ano de 2009, iniciou o movimento pela sua organização ante demandas e necessidades da comunidade, porém somente no ano de 2011 iniciaram os atendimentos com onze crianças e seus familiares. Segundo informações disponibilizadas no site (aquarelaproautista.org.br), os atendimentos visam estimular as potencialidades das crianças e

jovens com TEA. Nessa perspectiva, são ofertadas oficinas pedagógicas, músicas, artes, psicomotricidade e informática, bem como atendimento psicológico e assistência social.

A instituição utiliza as redes sociais como forma de comunicação e divulgação das atividades desenvolvidas; nesse sentido, buscamos analisar o que a instituição difunde, uma vez que tem um rol de serviços prestados à comunidade sem custo para aqueles que os demandam.

Ao analisar o perfil @aquarelaproautista, observamos que o mesmo utiliza de forma eficaz os recursos visuais do Instagram para transmitir sua mensagem. As postagens são compostas por ilustrações, fotos e vídeos relacionados ao autismo, que capturam a atenção dos seguidores. Aquarelas coloridas e imagens expressivas são usadas para transmitir emoções e contar histórias, contribuindo para uma experiência visual.

Imagem 01: As cores que você pinta



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/CiLP-2Vg74J/?igshid=YmM0MjE2YWMzOA==>

Uma das principais estratégias adotadas pelo perfil é a conscientização e educação sobre o autismo. Através de infográficos informativos, legendas detalhadas e histórias pessoais, @aquarelaproautista busca transmitir informações precisas sobre o espectro autista, desmistificar estereótipos e promover a compreensão da condição. O perfil desempenha um papel importante na disseminação de conhecimento e na sensibilização da sociedade.

Imagem 02: Palestras



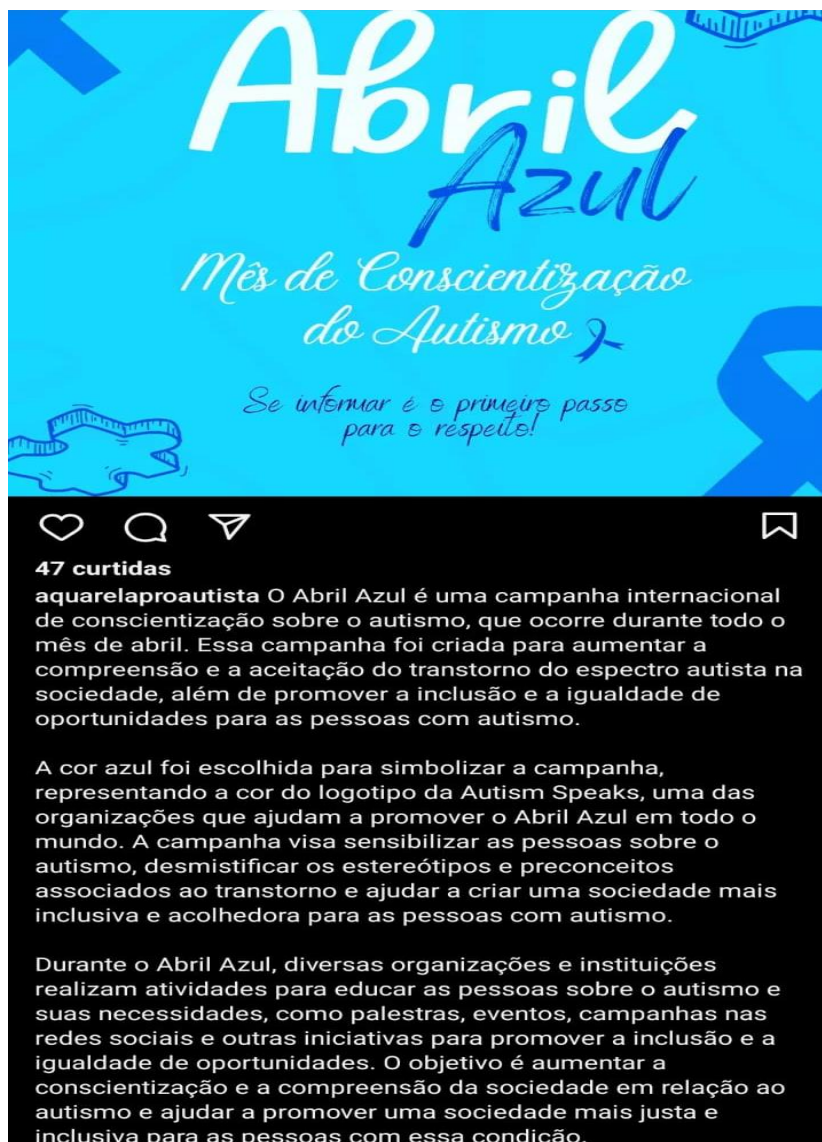
Fonte: <https://www.instagram.com/p/CrdXuYrgPbJ/?igshid=YmM0MjE2YWMzOA==>

Porém, nas publicações, a maior evidência está em destacar o trabalho efetuado na comunidade regional. Na postagem acima, divulga a palestra realizada em uma cidade próxima. A instituição faz uso de hashtags relevantes e populares para ampliar o alcance de suas postagens. Isso permite que pessoas interessadas no tema encontrem facilmente o perfil e o conteúdo compartilhado. O uso de hashtags específicas relacionadas ao autismo também ajuda a conectar-se com uma comunidade maior de pessoas que buscam informações e apoio.

A publicação a seguir - da Associação Aquarela Pró-Autista - aborda o Abril Azul, uma campanha internacional de conscientização sobre o autismo, que ocorre durante todo o mês de abril. A campanha objetiva aumentar a compreensão e a aceitação do transtorno do espectro autista na sociedade, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. Durante o Abril Azul, diversas organizações e instituições realizam atividades para educar as pessoas

sobre o autismo e suas necessidades. Isso inclui palestras, eventos, campanhas nas redes sociais e outras iniciativas que visam promover a inclusão e a igualdade de oportunidades. Aquela evidencia seu engajamento através da publicação e manifestações mediante curtidas.

Imagem 03: Abril Azul



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CqfWUMeOiWZ/?igshid=YmM0MjE2YWMzOA==>

Outra publicação que chamou atenção foi o convite para um Brechó. A publicação mostra uma ação do Brechó realizada com o objetivo de arrecadar dinheiro para a Associação Pró-Autista, que, por ser filantrópica, não tem uma entrada de recursos capaz de atender a todas as demandas. Podemos observar que as curtidas foram poucas se comparadas com a publicação que versa sobre o TEA.

No geral, o perfil @aquarelaproautista apresenta uma abordagem bem-sucedida para a utilização do Instagram como um espaço de difusão institucional. Por intermédio de conteúdo visualmente atraente, busca sensibilizar e engajar as famílias e a sociedade nas atividades desenvolvidas, bem como na manutenção do espaço e das terapias. Mas, também, é possível observar publicações que versam sobre o orgulho de ter TEA.

Imagem 04: Orgulho Autista



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Ce983IMgWvZ/?igshid=YmM0MjE2YWMzOA==>

Também é possível observar as ações desenvolvidas para acolher as famílias. Transparece a preocupação para que toda a família das crianças e adolescentes com TEA participem das atividades desenvolvidas.

Imagem 05: A rústica



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CqV4GNiAHTA/?igshid=YmM0MjE2YWMzOA==>

O perfil @aquarelaproautista atende os questionamentos dos familiares, estabelecendo proximidade e afinidade. Isso promove um maior engajamento por parte da comunidade, aumenta o alcance das postagens e estimula discussões construtivas. A instituição demonstra um compromisso genuíno em ouvir e responder aos seguidores, criando um ambiente de diálogo aberto.

Imagem 06: Caminhada



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CqIk2oDAT8U/?igshid=YmM0MjE2YWMzOA==>

Parte significativa das publicações está relacionada à família, seja pela interação com as mães, seja pela participação nas atividades desenvolvidas ou, ainda, na atuação voluntária. É possível observar que a família é convidada a se fazer presente e a participar ativamente de todas as atividades. Talvez, assegurando, desse modo, que as crianças e adolescentes realizem as terapias e atividades desenvolvidas na instituição.

O perfil mostra uma sensibilidade notável ao abordar o autismo. Os conteúdos são cuidadosamente criados para refletir as experiências e perspectivas dos indivíduos autistas e suas famílias, sem discutir os processos inclusivos nos ambientes escolares e sem fazer referências às atividades e terapias desenvolvidas na instituição.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do perfil @aquarelaproautista no Instagram revela que a plataforma desempenha um papel importante como espaço de difusão institucional. Por meio de uma abordagem visual impactante, conscientização e educação, formação de comunidade de apoio e estímulo ao engajamento, a instituição alcança seus objetivos de difundir informações e promover uma maior compreensão sobre o autismo com a participação da família.

Ao observar o perfil @aquarelaproautista no Instagram, é perceptível que seu enfoque não são os processos pedagógicos ou o atendimento terapêutico, mas sim o acolhimento, as famílias e as ações relacionadas ao autismo. Suas postagens destacam o apoio emocional, a valorização das vivências familiares e a divulgação de eventos e parcerias que promovem o bem-estar e a inclusão das pessoas com autismo, bem como a possibilidade de arrecadar recursos para a sua manutenção.

De certo modo, a instituição supre uma demanda das famílias ao criar espaços de acolhimento e fortalecimento de vínculos entre mães, pais e pessoas com TEA. Embora o aspecto pedagógico e o atendimento terapêutico sejam essenciais no contexto do autismo, é fundamental observar como o perfil direciona sua energia para a promoção de um ambiente de apoio e união entre as famílias, contribuindo para a construção de uma rede de suporte valiosa. Pois como afirma Marques (2018) “a cada vez que uma vulnerabilidade é reconhecida e nomeada, esse reconhecimento possui a chance de alterar a significação e a estrutura da vulnerabilidade” (p. 9) e deste modo auxiliar as crianças, adolescentes e adultos com TEA.

Em suma, a presente pesquisa contribui para o entendimento da educação inclusiva como um direito, bem como aos modos pelos quais as redes sociais podem auxiliar na divulgação de ações realizadas pela instituição para além da educação formal e das terapias oferecidas, sendo um espaço de diálogo das famílias e das pessoas com TEA e promovendo, conseqüentemente, os processos inclusivos a partir do núcleo familiar.

Em conclusão, a escolha do tema sobre o autismo para este Trabalho de Conclusão de Curso foi permeada por uma motivação pessoal genuína e uma ligação afetiva especial com minha prima (afilhada), que vive com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Através dessa experiência, pude perceber a importância de aprofundar o conhecimento sobre

o autismo, suas peculiaridades e desafios, bem como as estratégias que visam promover a inclusão e a qualidade de vida de indivíduos com TEA e suas famílias. Neste trabalho, busquei ampliar a compreensão do tema, conscientizar a sociedade sobre a diversidade do espectro autista e refletir sobre práticas inclusivas e acolhedoras. Espera-se que este estudo possa contribuir para uma maior empatia e respeito pelas pessoas autistas, fomentando uma sociedade mais inclusiva, na qual todos possam ser valorizados em sua singularidade e potencialidades.

7. REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARRUDA, Renata K. **As primeiras evidências do Tea em crianças na perspectiva materna**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFFS, 2022
- ALMEIDA, Maíra Lopes; NEVES, Anamaria Silva. A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, p. 1-12, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/WY8Zj3BbWsqJCz6GvqGFbCR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BEYER, H. O. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Inclusão - Revista da Educação Especial**, ano 2, n. 2, 2006.
- BRASIL (Constituição Federal 1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 41. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 mai. 2023.
- ABNT, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2008b. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.
- BRASIL, DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 05 mai. 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/11/2011&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=12>>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990, Disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI). Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.p.f.> Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Resolução do Conselho CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

ESTRELA, M. T. **A relação pedagógica: disciplina e indisciplina na escola**. Lisboa: Porto Editora, 1996.

GAMA, Maria E. A. **Através do Espectro: Redes de apoio social na vivência da maternidade atípica**. TCC, UFBA, 2019, 59f. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31100/1/Atrav%20do%20Espectro%20-%20TCC.pdf> . Acesso em: 01 jun. 2023.

GONÇALVES, Amanda V.; MOREIRA, Luciene C. M: O Autismo Leve nas redes sociais: breves reflexões. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p. 510-535 , jul./dez. 2022.

JANUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. O Direito público à Educação Especial. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 11, p. 15-23, 2001.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

LEPKE, Sonize. **O gestor da escola pública da região noroeste do Rio Grande do Sul: políticas educacionais na perspectiva da inclusão**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Caxias do Sul (UCS). Caxias do Sul- RS, 2019.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas**. Org. Belo Horizonte (MG): PPGCOM UFMG, 2018.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, 2001.

MAGALHÃES, Karla Renata Valverde Conceição. **Educando para a diferença: a experiência de uma mãe e seu ativismo no campo do transtorno do espectro autista / UNILAB**, TCC, 2021.52 f. Disponível em:

<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2187>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual: discursiva**. 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

OLIVEIRA, Claudia S. **Avaliação da aprendizagem na educação on-line: aproximações e distanciamentos para uma avaliação formativa-reguladora**. Recife: Edufpe, 2010.

PIRES, Nathalia de Oliveira Pires; NEVES, Kelly Rose Tavares Neves; ARAGÃO, Gislei Frota Aragão. Divulgação de informações sobre o transtorno do espectro do autismo em uma rede social durante a pandemia da Covid-19. **Alemur**, v. 7, n. 1, p. 01-09 (2022).

PIZA, M. V. **O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica**. 2012. 48 f. Monografia (Graduação em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura)

RIES, Igor L. **“Somos Autistas”**: uma cartografia afetiva de enunciados de neurodivergentes no Instagram, 314f. Tese de Doutorado, Universidade Tuiuti do Paraná, 2023.

SANTOS, V. L. C.; SANTOS, J. E. As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. **Holos**, v. 6, 2014, p. 307-328.

WERHMULLER, C. M.; SILVEIRA I. F. Redes Sociais como ferramentas de apoio à educação. **Anais do II Seminário Hispano Brasileiro - CTS**, p. 594-605, 2012.

8. APÊNDICE